

**“UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM
TEM QUE DIZER A VERDADE
VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM”**

Viktor Henrique Carneiro de Souza Chagas¹

RESUMO

Editado artesanalmente a partir de um original em estêncil, o jornal comunitário União da Maré circulou em 12 edições de periodicidade irregular, entre 1980 e 1982, pela área da Maré, complexo de favelas do Rio de Janeiro. Com um objetivo editorial claro, o jornal enfatizava as virtudes do associativismo e do deliberativismo no meio comunitário, e lutava contra a cooptação de lideranças nas associações de moradores pelo poder público. Ao operar com categorias do senso comum (povo, favelado, trabalhador), os editores deliberadamente usavam das identidades que lhes convinham, entre as muitas a que os leitores se vinculavam. Meu objetivo neste artigo é acompanhar como esta construção identitária passa pela apropriação, por parte dos moradores da favela, de ferramentas de comunicação comunitária através de experiências de jornalismo participativo e cidadão (na acepção de jornalismo público).

palavras-chaves: jornalismo cidadão; jornalismo comunitário; imprensa e memória

ABSTRACT

Craftily edited from an original in stencil, the communitarian newspaper União da Maré circulated in 12 editions of irregular intervals, between 1980 and 1982, covering all around Maré, a complex of favelas in Rio de Janeiro. With a clear editorial objective, the newspaper emphasized the virtues of associativism and deliberativism in the community, and fought against the coopting of leaders from the residents' associations by the public authority. When operating with categories of common sense (people, favelado, worker), the publishers deliberately used the identities that suit them, among many that the readers were linked up. My goal in this article is to monitor how this identity construction is related to the appropriation of tools of communitarian communication by the residents of Maré through experiences in citizen (in the sense of public journalism) and participatory journalism.

keywords: citizen journalism; communitarian journalism; press and memory.

¹ Bolsista FAPERJ do Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais, do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Fundação Getúlio Vargas. viktor@contoaberto.org

**“UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM
TEM QUE DIZER A VERDADE
VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM”**

Editado de modo artesanal, a partir de um original em estêncil, impresso em mimeógrafo e fotocopiado, o jornal comunitário União da Maré circulou em doze edições de periodicidade irregular², entre janeiro de 1980 e dezembro de 1982, pela área da Maré, Bonsucesso, Ramos e adjacências, bairros do Rio de Janeiro. Com um objetivo editorial claro, o jornal enfatizava as virtudes do associativismo e do deliberativismo no meio comunitário, e lutava contra a cooptação de lideranças nas associações de moradores pelo poder público, acima de tudo, apresentando uma apaixonada defesa da transparência nas atuações do Governo Federal na favela. Tomei conhecimento de sua existência quando buscava informações suplementares para o projeto que então subscrevia ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, ao qual hoje estou vinculado. Conversando com Antônio Carlos Pinto Vieira, o Carlinhos, vice-presidente do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm)³ por telefone, combinamos que ele me remeteria um trecho da recém-aprovada dissertação de sua esposa, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, no mestrado profissional do mesmo programa. O trecho em questão era precisamente o capítulo intitulado “Um projeto político: Projeto Rio”. Confesso que eu ainda não tinha dimensão do episódio do Projeto Rio para esta minha dissertação, de modo que, ainda que pudesse situar historicamente os fatos, não pude imaginar o quanto aquele período preencheria meus estudos dali para diante e como ele de certa forma se constituiria no marco cronológico inicial de minha pesquisa. O capítulo de Cláudia Rose comentava sobre as articulações políticas tanto do poder público quanto dos moradores a fim de defender seus interesses particulares no resultado das obras promovidas pelo Governo Figueiredo na região. Para ilustrar algumas passagens, o jornal comunitário foi utilizado como documentação textual e iconográfica (nos anexos de seu trabalho). O jornal aparecia apenas como suporte documental, quando muito como fonte de pesquisa – mas jamais como seu objeto. Ou seja, a preocupação de Cláudia Rose mantinha-se em analisar a apropriação

² As edições se referem às seguintes datas: janeiro de 1980 [ed. zero], fevereiro de 1980 [ed. 1], maio de 1980 [ed. 2], dezembro de 1980 [ed. 4], janeiro de 1981 [ed. 5], fevereiro de 1981 [ed. 6], março/abril de 1981 [ed. 7], agosto de 1981 [ed. 8], novembro de 1981 [ed. 9], janeiro/fevereiro de 1982 [ed. 10], março/abril de 1982 [ed. 11], dezembro de 1982 [ed. 12]. Todas as edições pesquisadas pertencem ao acervo do Arquivo Dona Orozina Vieira, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). A edição de número 3 não pôde ser recuperada em minha pesquisa.

³ Fundado por moradores e ex-moradores em 1997, o Ceasm é uma das principais ONGs em atuação na área da Maré.

3

histórica da Maré por ela mesma, indicando, quando fosse o caso, como o discurso do jornal parecia apontar para um esforço de “união”, de congregação entre as comunidades da área da Maré, uma região que até então não era vista como unitária.

De início, não me dei conta da riqueza do material. Mas, uma vez em campo, quando vi exposta no Museu da Maré uma das edições do jornal comunitário na vitrina que guardava a documentação sobre a mobilização dos moradores durante as fases iniciais do Projeto Rio, achei que poderia explorá-lo de forma mais incisiva, incorporando-o como um estudo de caso. Para minha surpresa, descobri que o Arquivo Documental Orosina Vieira⁴, guardava quase todas as edições do jornal, que haviam sido doadas por Eliana Sousa Silva, atual presidente do Ceasm. Eliana chegara mesmo participar da produção de um outro jornal comunitário, que circulara em época próxima à do União da Maré, o chamado *Jornal da Chapa Rosa*⁵. Mas aqui não me circunscrevo à iniciativa de Eliana e do Grupo Jovem da Nova Holanda apenas. Notadamente estou preocupado em avaliar o papel do União da Maré como o “primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré” [SILVA, 2006]. Foi esta a especificidade que primeiro me chamou a atenção no jornal comunitário, a partir do olhar de Cláudia Rose.

Assim, deslocando as edições impressas de fonte a objeto de minha análise, creio poder avaliar o União da Maré em seu caráter de mediação entre o poder público e os moradores da área da Maré que percebo como fundamental na essência da prática jornalística. Portanto, mais do que traçar a evolução histórica e política da noção oficial do bairro Maré, como uma região que integra 16 comunidades de origens heterogêneas, pretendo acompanhar como esta construção identitária passa pela apropriação, por parte dos moradores da favela, de

⁴ O Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov) é o arquivo oficial do Ceasm, contendo fotografias, vídeos, áudios e documentos de várias espécies, doados por moradores e ex-moradores da região, ou pesquisados pelos coordenadores do Ceasm em arquivos públicos e bibliotecas.

⁵ A Chapa Rosa era o grupo que ela mesma liderava, assim conhecido por conta da maciça presença feminina entre seus membros, e que em 1984 obteve vitória no pleito para a direção da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH), interrompendo o ciclo de mais de quatro anos, desde a criação da AMANH, de influência direta da Fundação Leão XIII nos assuntos de interesse dos moradores. O Grupo Jovem da Nova Holanda, congregação de motivação político-religiosa que deu origem anos depois ao movimento da Chapa Rosa, colaborava ativamente com o União da Maré, sugerindo pautas e assinando algumas colunas.

O interesse de Eliana pelos jornais impressos comunitários e pelos meios de comunicação de maneira geral a levaram a tomar parte também na criação do jornal *O Cidadão*, em junho de 1999. Antes disso, porém, Eliana já havia aparecido longamente durante quatro ininterruptos minutos no programa-piloto da *TV Maré*. O programa, com 24 minutos no total, cedia espaço, como veremos, a Eliana, então em seu quinto ano à frente da diretoria da AMANH. Empunhando o microfone e sozinha no enquadramento, como se ela própria fosse a âncora do programa, Eliana discursa sobre a importância do debate, da informação e do trabalho de base na comunidade. É interessante notar como sua trajetória, assim como a de Carlinhos, Marcelo e outros tantos personagens desta dissertação, esteve sempre interligada com experiências de comunicação comunitária.

4

ferramentas de comunicação comunitária através de experiências de jornalismo participativo e cidadão (compreendido aqui na acepção de um *jornalismo público*).

A união faz a força: associativismo e deliberativismo

O União da Maré foi idealizado por um grupo de moradores do Parque União, ao que, em seguida, se somaram correspondentes do Parque Rubens Vaz, da Baixa do Sapateiro, da Nova Holanda, de Roquete Pinto, e mesmo de Marcílio Dias, a comunidade mais afastada, que somente mais tarde passaria a integrar a região administrativa da Maré.

A intenção de conformar uma identidade comum, uma identidade “mareense” – como em fins da década de 1990 outro jornal comunitário, *O Cidadão*, viria a chamar – estava clara desde o princípio no discurso do União da Maré. Já em seu número zero, de apresentação, o jornal trazia, além do próprio nome como referência explícita não só ao Parque União mas à “união” da Maré em torno de um caráter comum, um curioso selo de uma flor que representava as comunidades como pétalas. Inicialmente com seis pétalas⁶ (Rubens Vaz, Nova Holanda, Roquete Pinto, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau) e mais o miolo (Parque União), a flor passa a contar somente com sete pétalas, na sua edição de número 5, sendo a sétima justamente o Parque União, que, então, somava-se às demais como igual. Os versos que encerram o editorial do nº zero [originalmente em letras capitulares], além de se reportarem ao selo da flor, de certa forma apontam para uma voz comum da Maré e ainda sinalizam para uma compreensão do ethos jornalístico como missão:

Um jornal pra lançar uma mensagem
Tem que dizer a verdade
Vontade de todos em uma só ramagem

Mas a despeito do papel, como *experts* [cf. ZALLER, op. cit.], dos três moradores do Parque União que idealizaram o União da Maré, o jornal se pretendia um “veículo de união dos moradores” [ed. zero], um “informativo da Área da Maré” [ed. 12]. Há uma linguagem claramente pedagógica em seus textos: “O caminho para se resolver os problemas internos de

⁶ À época, como veremos, estava em fase de implantação o Projeto Rio, que daria origem à Vila do João e ao Conjunto Esperança, e mais tarde à Vila dos Pinheiros e ao Conjunto Pinheiros. Os conjuntos habitacionais Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiro (também conhecido como Salsa e Merengue) foram erguidos mais adiante, pela Prefeitura Municipal. Para as datas das primeiras ocupações em cada comunidade, cf. nota 8 na Introdução desta dissertação.

5

uma comunidade são as assembléias e as reuniões dos moradores. É aí que as pessoas se manifestam, dão suas opiniões e decidem o melhor caminho a ser tomado” [ed. 3].

Cobrando informações acerca da evolução do Projeto Rio – primeiro programa executado pelo Promorar, uma iniciativa do Governo João Figueiredo através do Banco Nacional de Habitação (BNH) –, cujo objetivo era sanear a Baía de Guanabara e recuperar as faixas alagadas ocupadas por palafitas, os redatores do jornal compunham editoriais, artigos noticiosos, organizavam abaixo-assinados e patrocinavam reuniões mensais entre os moradores.

Como “instrumento de informação mobilizadora” [BOURDIEU, 1997:92], o jornal União da Maré freqüentemente pautava: o aumento do preço da luz, que era fornecida pela concessionária e operacionalizada pela associação de moradores; os problemas na estrutura das passarelas da Avenida Brasil; a agressão policial; os vazamentos de água e esgoto; o serviço de entrega de correspondências, ora feito por um “carteiro bêbado”, ora relegado às associações já que os Correios não entravam na favela. As pautas internas⁷ repercutiam o cotidiano dos moradores segundo a lógica do “extraordinário ordinário” [id.:26-7], a mesma que empregam os grandes jornais e veículos de comunicação, mas, por operar em escala comunitária, a identificação gerada a partir destas pautas conferia ao União da Maré o caráter de jornal feito “pelas nossas próprias mãos” [ed. zero] ou ao menos por um “grupo de moradores empenhados em contribuir com o desenvolvimento cultural e administrativo da comunidade” [ibid.]. Como veículo de imprensa opinativa, seu objetivo era fomentar a participação da população local no debate político, incentivando para tanto a formação de uma “esfera pública mareense”.

Uso a noção de “esfera pública”, notabilizada por Jürgen Habermas, sempre entre aspas, para evidenciar que não estou alheio às discussões travadas acerca dos usos conjunturais desta conceituação, uma vez que o próprio Habermas trabalhava com um tipo específico de esfera pública – a burguesa do século XIX. Na visão de Nicolas Garnham [1993:359, tradução minha], Habermas chegou mesmo a negligenciar “a importância do desenvolvimento

⁷ Divido em dois tipos as pautas mais comumente noticiadas pelo União da Maré, a saber: *pautas internas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano local) e *pautas externas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano de outras localidades). As pautas internas traziam, em sua maioria, assuntos relacionados às demandas dos moradores, mas há casos em que o jornal, agindo como instrumento de repressão moral, criticava determinados grupos de moradores (há pelo menos dois casos curiosos: o de um artigo que criticava o fato de alguns moradores jogarem lixo no chão e o de outro que criticava alguns moradores por criarem porcos soltos pela favela). As pautas externas, por sua vez, normalmente se referiam a temas semelhantes aos enfrentados pelos moradores da Maré (um artigo que comentava o assassinato de uma criança na Rocinha, um artigo que comentava o abandono das instalações do Hospital Albert Schweitzer, em Padre Miguel) ou que, de alguma maneira, os interessavam (um artigo sobre as mudanças no sistema de aposentadoria, um artigo sobre o atentado terrorista ao Riocentro).

6

contemporâneo de uma esfera pública plebéia paralelamente e em oposição à esfera pública burguesa”. É pensando nesta possibilidade que me sinto mais à vontade para sustentar o desenvolvimento de um tipo particular de esfera pública, a partir do contato comunitário entre os moradores da área da Maré. Acredito ser particularmente interessante a iniciativa dessas reuniões para se discutir o Projeto Rio. Ainda que descritas com algum desânimo – dada a pouca participação dos moradores – as reuniões têm, a meu ver, um caráter de conversação civil [cf. SCHUDSON, 2004], e servem, por outro lado, ao próprio jornal como insumo para suas reuniões de pauta⁸. Autênticas comunidades de comunicação oral⁹, as discussões traduziam a “esfera pública” abstrata do jornal em uma “esfera pública” de presença organizada¹⁰.

Nas reuniões ou nas próprias edições do jornal, o Projeto Rio aparecia recorrentemente como ameaça a ser combatida, e o ano de 1979 era apresentado como marco fundamental desta tomada de consciência. Não por acaso a idéia da criação do União da Maré surgiu no início de novembro de 1979 [ibid.], incentivada pelo Padre Valter, da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, no Timbau, que doou o mimeógrafo.

Meu interesse em discutir os enquadramentos dados pelo jornal a determinadas notícias, se repercute na forma como o União da Maré aborda a questão identitária diante das comunidades que conformam a Maré. Por se pretender um veículo de integração entre tais comunidades, com vistas a um projeto político claramente delimitado em sua edição de número zero – uma espécie de carta de intenções –, é que o União da Maré fazia uso de um discurso que congregava notícias e uma pedagogia identitária. Dessa forma, mesmo um pequeno box opinativo que apenas serviria para ilustrar um artigo maior sobre a legalização dos terrenos após as obras de urbanização do local, é usado para trabalhar a imagem simbólica que une (ou reúne) os “mareenses”, qual seja: as palafitas.

Capitalismo malvado

Vejam os senhores a diferença entre duas épocas bem distantes: na idade da pedra lascada o homem, para se proteger, morava em palafitas. Isto porque as feras o devoravam à noite. As casas eram feitas dentro d'água, como medida de segurança. Foram-se passando vários séculos. Nós, os moradores da Maré, voltamos a morar em palafitas, isso porque existem umas feras muito mais perigosas do que aquelas

⁸ Os colaboradores e o grupo à frente do União da Maré realizavam uma reunião dita “de elaboração do jornal” no último sábado de cada mês [cf. ed. 11].

⁹ Para mais detalhes sobre a terminologia, cf. BURKE; BRIGGS, 2006:39. Vale ressaltar que, apesar de promover reuniões e debates, os editores do jornal, em determinados momentos, pontuavam a importância do documento escrito que confere credibilidade: “Queremos colocar no papel a idéia de cada um” [ed. 1].

¹⁰ A tipologia que distingue esferas públicas abstratas de esferas públicas de presença organizada foi também delineada por Habermas [cf. HABERMAS apud MAIA, 2006:7, para maiores detalhes].

daquele tempo, o nome é o capitalismo malvado que está devorando tudo até dentro d'água. [ed. 9]

Convertidas de símbolo da miséria a representação maior da identidade da Maré, as palafitas são prova de que na favela também se produz cultura. Esta apropriação que hoje lhe faz o Museu da Maré, tornando a palafita em sua peça principal, já estava presente no veículo de comunicação da década de 1980, reivindicando uma noção de cultura para além dos bens e patrimônios materiais:

na área da Maré não tem apenas marginais, também existe pessoas normais, trabalhadoras, ordeiras, estudiosas e dedicadas que com esforço próprio e aos poucos vão superando os problemas. A cultura da população da área da Maré está representada pela *arte da construção* de suas próprias casas [ed. 2, grifo meu].

O momento em que surge o União da Maré, portanto, é singular num aprendizado sobre articulação política entre as comunidades¹¹. Não somente pelo surgimento do jornal e pelo Projeto Rio, seu principal contraponto, mas pelo vislumbre de uma pertença maior, um sentimento que passa então a ser trabalhado pelas lideranças comunitárias, inclusive no próprio jornal, como uma identidade comum. A CODEFAM, Comissão de Defesa das Favelas da Maré, provável embrião da Unimar, União das Associações do Bairro da Maré, e o jornal União da Maré, provável embrião do atual jornal *O Cidadão*, são as maiores provas de que o cenário político, a partir da entrada das reivindicações dos favelados, estaria se alterando, numa “clara indicação de que a nova democracia teria de comportar a presença dos excluídos numa escala impensável no período democrático de 1946 a 1964” [BURGOS, 2006:41].

“Pinga fogo”, ou Uma forma de você falar e ser ouvido

“O nosso jornal é como um papo de esquina. Mas tem umas diferenças em vez de 3 pessoas, somos 250.000; em vez de papo que não dá em nada, queremos transformar unindo os moradores” [ed. 1]. A retórica democrática do União da Maré, herdada dos setores radicais de esquerda e da influência da teologia da libertação, pregava claramente dois princípios: o primeiro nas bases do associativismo tocquevilleano e o segundo nas do deliberativismo

¹¹ “Não resta dúvida que o fantasma do Projeto Rio em 1979 criou uma grande movimentação na região. As diretorias da época tiveram papel importante, criando até uma entidade coletiva: codefam. Foi o único [num sentido que interpreto como “primeiro”] movimento em toda a Maré que se tem conhecimento. O passado da Maré é uma colcha de retalhos. São pequenas experiências de grupos, mutirões e a ação da Igreja [...]. Acontece que a maioria dessas experiências são desligadas e sem solução de continuidade” [ed. 9].

8
habermasiano, ainda que forjados em discurso popular¹². A mobilização em torno das pautas que repercutiam o Projeto Rio e contra o posicionamento das associações de moradores, contudo, fez com que o União da Maré fosse mal-visto pelas principais lideranças comunitárias.

Em certa ocasião, um artigo informava que os colaboradores do União da Maré chegaram a solicitar aos presidentes de associações que pudessem participar das reuniões organizadas pelo BNH para discutir a urbanização, a concessão de títulos de propriedade e demais ações do governo federal, mas “A resposta dos Presidentes [das associações] foi a seguinte: ‘NÃO. O passado do jornal deturpou muita coisa. Qualquer informação a equipe deve procurar os Presidentes.’” [ed. 11].

Atuando no papel do “bombeiro incendiário” [cf. BOURDIEU, 1997:92] – e aqui eu relaciono a expressão de Bourdieu com o nome de uma das colunas fixas do jornal comunitário, “Pinga Fogo”, que remete por sua vez a uma aguardente tipicamente nordestina –, o União da Maré veste a missão atribuída ao ethos jornalístico pelo senso comum da categoria. Desta forma é que o jornal se apresenta como verdadeira ferramenta de jornalismo cidadão, compreendendo a seu modo o papel como instrumento de *accountability*¹³.

“Surgido do esforço de moradores daqui, nossa voz estará presente em todas as horas que se fizerem necessárias, em defesa das nossas necessidades e da legalização da terra. [...] Caso isso ocorra, a UNIÃO DA MARÉ tá lá” [ed. 4]. A “voz dos excluídos” é o grande paradoxo que apresentam os veículos de jornalismo cidadão, em especial os meios de comunicação comunitária: se os excluídos são aqueles que não têm voz, como pode haver algo que congregue sua voz? Mas esta expressão está diretamente ligada ao ideal revolucionário e ao discurso tipicamente de esquerda. A “voz dos excluídos” não é simplesmente a intenção democrática de conquistar espaço de representação política, mas uma palavra de ordem, que chame à luta os mareenses, pois, sem meias palavras, “Este jornal é nossa arma” [ed. 2].

Bibliografia

¹² Não havia, é certo, menção a Tocqueville ou a Habermas nos artigos que legara o ideário político dos editores do jornal comunitário, mas estas duas noções recheavam o jornal, como se o quisessem aproximar dos panfletos políticos, de tal forma que eu só encontro paralelo nas visões destes dois clássicos das ciências sociais.

¹³ *Accountability*, expressão intraduzível em sentido estrito, diz respeito à capacidade “de saber até que ponto e de que modo os primeiros [aqueles que representam] prestam contas do que fazem por delegação soberana dos segundos [os representados]”. Para mais detalhes, cf. LATTMAN-WELTMAN, 2003:149.

ABREU, Alzira Alves et alii (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 246-248; 837-855; 2192-2203; 2376-2381; 2979-2990; 4819-4829.

ALVITO, Marcos. *Um bicho-de-sete-cabeças*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**, 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. pp. 181-208.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão – seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**, 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. pp. 25-60.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2ª ed. Trad. de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Interface). 378 pp.

CHANEY, David. *The symbolic form of ritual in mass communication*. In: GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham; SCHLESINGER, Philip. **Communicating politics: mass communications and the political process**. Nova Iorque: Holmes & Méier, 1986. pp. 115-149.

ETTEMA, James S; GLASSER, Theodore L. *The irony in – and of – journalism: a case study in the moral language of liberal democracy*. **Journal of Communication**, vol. 44 n. 2. Westport (EUA): Praeger Publishers, 1994.

GARNHAM, Nicolas. *The media and the public sphere*. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1993.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categoria analítica*. In: _____ (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 13-32.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanta a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Trad. de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (Biblioteca Tempo Universitário nº 76, Série Estudos Alemães).

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. In: _____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984a. (Pensamento crítico.) pp. 9-23.

_____. *A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914*. In: _____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b. (Pensamento crítico.) pp. 271-316.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible?: how television frames political issues*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. pp. 7-16; 117-143.

JUNG, Taiana Santos. *Considerações históricas da organização espacial da Cidade do Rio de Janeiro: um enfoque no Complexo da Maré*. **4º Encontro Nacional sobre Migração**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: ABEP, 2005.

_____. *Histórias e trajetórias de um bairro chamado Maré*. **VII Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Rio de Janeiro: ABHO / FIOCRUZ, 2007.

KELLEY, David; DONWAY, Roger. *Liberalism and free speech*. In: LICHTENBERG, Judith (org.) **Democracy and the mass media**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil*. In: _____; ABREU, Alzira Alves de; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. pp. 129-83.

MAIA, Rousiley C..M (2006). *Política deliberativa e tipologia de esfera pública*. **Compós**. GT de Comunicação e Política. Bauru: UNESP, 2006.

PAIVA, Raquel. *Para reinterpretar a comunicação comunitária*. In: _____ (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 133-148.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspapers*. Nova Iorque: Basic Books, 1978.

SCHUDSON, Michael. *Por que a conversação não é a alma da democracia?* In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. pp. 61-80.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006. (**Dissertação de Mestrado Profissional**.) (Texto acessado em meio digital.)

SILVA, Jailson de Souza. *“Por que uns e não outros?”: caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

WEBER, Max. *Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa*. **Lua Nova**, n. 55-56. São Paulo: CEDEC, 2002.

ZALUAR, Alba. *Crime, medo e política*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**, 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. pp. 209-232.